



Governo do Estado do Maranhão
Controladoria Geral do Estado do Maranhão – CGE-MA
Concurso Público 2013 – Auditor do Estado

Prova Escrita Objetiva – Tarde

Conhecimentos Específicos

Tipo 2 – Verde

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - um cartão de respostas destinado à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber o cartão de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar no cartão de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente depois de decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue o cartão de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar o cartão de respostas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos no cartão de respostas da prova objetiva.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **18/03/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tceba.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **19/03/2014** até às 23h59min do dia **20/03/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tceba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Direito Constitucional

01

Evilásio sempre trabalhou sem vínculo formal, realizando tarefas eventuais para pessoas naturais e pessoas jurídicas. Com o passar dos anos, os males do trabalho desgastante diminuíram sua capacidade de suportar longas jornadas, impedindo a assunção de tarefas que efetuava corriqueiramente.

Com base nas normas constitucionais, diante da necessidade premente de sobrevivência, deve o Estado ampará-lo, conferindo-lhe remuneração, diante da proteção, como direito social à

- (A) previdência.
- (B) moradia.
- (C) saúde.
- (D) assistência.
- (E) sobrevivência.

02

A Constituição Federal estabelece que, em determinadas situações, projetos de lei aprovados pelo legislativo devem ser ratificados pela vontade popular.

Essas normas realizam o princípio fundamental da

- (A) soberania.
- (B) democracia.
- (C) participação.
- (D) dignidade.
- (E) República.

03

Nos termos da Constituição Federal, a remuneração dos servidores e os subsídios são fixados por leis específicas, observada a iniciativa prevista em cada caso.

No que concerne à revisão anual haverá

- (A) lei específica de cada poder definindo o percentual aplicável aos seus servidores.
- (B) lei geral determinando um único índice de reajuste para a totalidade dos servidores.
- (C) lei para cada carreira do serviço público sujeito o índice à negociação livre.
- (D) lei para cada Poder do Estado e o índice será fixado em reunião paritária.
- (E) índice geral fixado em resolução do Supremo Tribunal Federal, consultados os demais Poderes.

04

“X” é Deputado Federal representando o Estado “Z”. Com problemas de saúde, sua permanência em Brasília se tornou inviável. Desejando continuar na vida política, consulta seus assessores sobre o número de vagas para Deputado Estadual do Estado “Z”.

Em resposta, sua assessoria indica que o número de Deputados Estaduais deve, nos termos da Constituição Federal, corresponder, em princípio, ao

- (A) dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- (B) triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- (C) quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- (D) quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- (E) sêxtuplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

05

Segundo a Constituição do Estado do Maranhão, as alternativas a seguir listam órgãos do Poder Judiciário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Tribunais do Júri.
- (B) Juízes de Direito.
- (C) Juizados Especiais.
- (D) Conselhos Arbitrais.
- (E) Juízes de Paz.

06

A Constituição Federal estabelece que *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*.

Observadas as regras de aplicabilidade das normas constitucionais, trata-se de norma considerada de eficácia

- (A) plena.
- (B) organizacional.
- (C) contida.
- (D) institutiva.
- (E) programática.

07

Nos termos das regras gerais sobre finanças públicas inscritas na Constituição Federal, a competência da União para a emissão de moeda cabe

- (A) ao Órgão do Tesouro Nacional.
- (B) ao Conselho Monetário Nacional.
- (C) ao Ministério da Fazenda.
- (D) à Secretaria do Planejamento.
- (E) ao Banco Central.

08

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, o Deputado Estadual poderá requerer licença para tratamento de interesses particulares, sem remuneração.

Nesse caso, o afastamento está limitado a, no máximo,

- (A) sessenta dias por sessão legislativa.
- (B) cem dias por sessão legislativa.
- (C) cento e vinte dias por sessão legislativa.
- (D) duzentos dias por sessão legislativa.
- (E) duzentos e vinte dias por sessão legislativa.

09

Perfeito da Silva é Deputado Estadual, eleito para mandato regular com expressivo número de votos. Por força da dedicação ao cargo é convidado para ocupar a vaga de vice-governador na eleição seguinte, sendo eleito em decorrência da vitória do governador integrante do seu partido político. Após a posse é convidado a assumir secretaria estadual de relevo na Administração Pública estadual.

Caso tal situação ocorresse no âmbito do Estado do Maranhão, consoante as regras constitucionais estaduais,

- (A) haveria necessidade de renúncia ao cargo de vice-governador.
- (B) perderá o vice-governador o cargo para o qual foi eleito.
- (C) ficará impossibilitado de substituir o governador nas suas ausências.
- (D) poderá assumir o cargo sem qualquer prejuízo ao cargo eletivo.
- (E) ficará submetido ao crivo da Assembleia enquanto secretário.

10

O Procurador-Geral da República promove Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão cujo pedido vem a ser julgado procedente, à unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal.

Constatada que a omissão está relacionada a órgão administrativo, este será cientificado para adotar as medidas necessárias ao suprimento da omissão em

- (A) dez dias.
- (B) quinze dias.
- (C) vinte dias.
- (D) trinta dias.
- (E) quarenta dias.

Direito Administrativo

11

Após regular processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa, a União concluiu que a sociedade empresária Construtec, contratada para a construção de uma ferrovia, além dos atrasos, utilizou materiais de qualidade inferior, alterou o projeto e fraudou as notas fiscais apresentadas.

Com base nisso, a União aplicou as penalidades de declaração de inidoneidade e multa, além de ter rescindido o contrato com a referida sociedade empresária.

Tendo em vista o cenário descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se admite a aplicação de mais de uma sanção administrativa pelo mesmo fato apurado.
- (B) Somente se admite a cumulação das penas de advertência e multa.
- (C) A rescisão unilateral do contrato autoriza a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- (D) A inexecução parcial ou total do contrato dá ensejo à aplicação de advertência, multa, declaração de inidoneidade e desconstituição da pessoa jurídica.
- (E) A União não pode, concomitantemente, rescindir o contrato e aplicar as referidas sanções administrativas.

12

Após publicação do Decreto estadual n. 1234, que declarou de utilidade pública o imóvel empregado por Fulano de Tal como restaurante, o Estado X iniciou as tratativas para desapropriação administrativa do imóvel. Não foi possível, entretanto, o acordo, uma vez que o proprietário, tendo contraído diversas dívidas, não aceitou o valor ofertado pelo Estado. Por essa razão, foi ajuizada ação de desapropriação em face de Fulano de Tal, com pedido de imissão provisória na posse.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em se tratando de imóvel urbano não residencial, utilizado para fins comerciais, não se admite a imissão provisória na posse.
- (B) A desapropriação deve ser precedida da declaração de utilidade pública, a ser feita por lei, e não por decreto.
- (C) Somente a União está autorizada a promover desapropriação por utilidade pública, razão pela qual é inválido o decreto estadual.
- (D) Ficam subrogados no preço quaisquer ônus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado.
- (E) A ação deve ser proposta em face do proprietário do imóvel e de todos os seus credores, uma vez que terão seu crédito atingido por eventual sentença de procedência.

13

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado não tem direito de regresso em relação ao agente público que causou o dano a terceiros, ainda que o agente tenha agido com culpa.
- (B) O fato exclusivo da vítima não afasta a responsabilidade objetiva do Estado.
- (C) O Estado tem direito de regresso em relação ao agente público que causou o dano a terceiros somente quando este agiu com dolo.
- (D) O Estado tem direito de regresso contra o agente causador do dano, quando este agiu com dolo ou culpa.
- (E) A responsabilidade civil do Estado somente se verifica em fatos comissivos.

14

Segundo a Lei 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, caracteriza.
- II. Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, caracteriza típico ato de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.
- III. Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza, caracteriza típico ato de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

Assinale as que apresentam típicos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

- (A) Somente I e II.
- (B) Somente I e III.
- (C) Somente II e III.
- (D) Somente III.
- (E) Somente II.

15

O Estado, ao desconcentrar-se, especializa determinadas funções e atividades administrativas, por meio da criação de órgãos dedicados a atuar de forma específica.

Para explicar a delimitação jurídica dessa desconcentração, a doutrina criou a teoria do órgão.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Esta teoria, também chamada de teoria da imputação, estabelece que a vontade manifestada pelo agente público não é a vontade do órgão, mas a sua própria.
- (B) O Estado é a pessoa jurídica de direito público, e, dentro de seu organismo, cria órgãos despersonalizados, dedicados a determinadas atividades administrativas.
- (C) A vontade do agente se imputa ao órgão ao qual pertence, mas não se imputa ao Estado.
- (D) Tecnicamente, o agente representa o órgão, pois a vontade que ali manifesta é a sua própria, em seu nome, e não em nome do Estado.
- (E) Os órgãos estatais são divisões internas com personalidade jurídica própria.

16

Com relação ao *acesso à informação*, segundo a Lei n. 12.527/11, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compreende, entre outros, os direitos de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.
- II. Compreende, entre outros, os direitos de obter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- III. Compreende, entre outros, os direitos de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, desde que esse vínculo não tenha cessado.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

17

As alternativas a seguir apresentam, de acordo com a Lei n. 6.107/94 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão, faltas administrativas puníveis com pena de demissão, ***à exceção de uma***. Assinale-a.

- (A) Oposição de resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- (B) Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
- (C) Revelação de segredo que tiver conhecimento em razão do cargo.
- (D) Abandono de cargo, configurado pela ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- (E) Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo se em defesa própria ou de outrem.

18

Segundo a Lei Estadual n. 8.959/09, que estabelece normas gerais para a elaboração e tramitação dos atos e processos administrativos no âmbito do Poder Executivo do Estado do Maranhão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo têm legitimidade para interpor recurso administrativo.
- II. Aqueles cujos direitos ou interesses forem direta ou indiretamente afetados pela decisão recorrida têm legitimidade para interpor recurso administrativo.
- III. Os cidadãos ou associações legalmente constituídas, no que tange a direitos ou interesses difusos, têm legitimidade para interpor recurso administrativo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19

Segundo a Lei n. 8.666/93, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- (B) A autoridade deverá anular o procedimento licitatório quando verificada ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- (C) A Administração poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, por conveniência e oportunidade.
- (D) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que a anulação não lhe seja imputável.
- (E) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20

Parceria Público-Privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

Segundo a Lei Estadual n. 8.437/06, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas no Estado do Maranhão, analise as afirmativas a seguir.

- I. A concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei n. 8.987/95, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, não constitui Parceria Público-Privada.
- II. A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de Parceria Público-Privada.
- III. O Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão será criado com o objetivo de viabilizar a implementação de Parcerias Público-Privadas, conferindo-lhe sustentação financeira.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Tributário

21

Quanto ao lançamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. É declaratório da obrigação tributária e constitutivo do crédito tributário.
- II. Pode ser revisto pela autoridade tributária, desde que haja erro de direito.
- III. É constitutivo da obrigação tributária e declaratório do crédito tributário.
- IV. É revisto de ofício pela autoridade administrativa quando determinado em lei.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

22

Quanto à discriminação constitucional de rendas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Envolve normas que versam sobre competência tributária e repartição de receitas tributárias, institutos que se confundem.
- (B) Trata-se de matéria atinente ao Código Tributário Nacional, diz respeito à organização jurídica estatal, integrando a estrutura fundamental do Estado.
- (C) Está relacionada com a autonomia dos Entes Federativos e, portanto, vincula-se à cláusula pétrea da forma federativa do Estado Brasileiro.
- (D) Admite que, no caso de alguns tributos, exista partilha do produto financeiro da arrecadação, o que repercute na competência tributária.
- (E) Os institutos que compõem a discriminação constitucional de rendas são a repartição de receitas tributárias e a capacidade tributária ativa para poder cobrá-las.

23

A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar do Sistema Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pelo princípio da legalidade somente a Constituição Federal pode criar e majorar tributos.
- II. Pelo princípio da legalidade tributária só lei em sentido estrito pode criar tributo novo.
- III. A lei complementar só de forma excepcional é utilizada para criar tributos.
- IV. A iniciativa da lei tributária, sempre privativa, é reflexo do princípio da legalidade.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

24

Diante de situação fática não prevista expressamente na legislação, vislumbrada lacuna a ser superada, a autoridade judicial fez uso de norma expressa existente no ordenamento jurídico para hipótese semelhante à que deveria julgar.

Neste caso, a integração da lacuna se deu por

- (A) utilização do princípio da legalidade.
- (B) uso da equidade.
- (C) utilização da analogia.
- (D) interpretação axiológica.
- (E) uso do princípio da isonomia.

25

O INSS ingressou com execução fiscal em face do Estado Beta, pela falta de pagamento da contribuição previdenciária de alguns de seus agentes administrativos. Está provado nos autos que os créditos remontam aos anos de 1991 a 1994 e não há comprovação de qualquer pagamento.

O lançamento do tributo devido efetivou-se em março de 2001 e a inscrição em dívida ativa em setembro de 2003. O juiz de 1º grau extinguiu o processo com base na constatação de ter havido a decadência.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Juiz errou, já que por se tratar de tributo lançado por homologação são 5 anos para homologar e mais 5 anos para inscrever o crédito tributário.
- (B) O juiz errou, visto que no caso da contribuição previdenciária deve haver antecipação do pagamento do tributo, não mais se falando de decadência.
- (C) O juiz está correto, visto que o prazo decadencial, nesta espécie de tributo, conta-se da data do fato gerador.
- (D) O juiz errou, havendo a aplicação, cumulativa e concorrente, dos prazos previstos no Código Tributário Nacional.
- (E) O juiz está correto, contando-se o prazo decadencial do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

26

Com referência às taxas, assinale a alternativa em que as duas assertivas estão corretas e a segunda enfatiza e justifica o conteúdo da primeira.

- (A) As taxas são espécie tributária que decorrem do exercício do poder de polícia ou de prestação de serviço público. // Para haver cobrança de taxa é indispensável que o serviço público seja efetivamente prestado ao contribuinte.
- (B) No caso de serviço público indivisível e inespecífico, não pode haver cobrança de taxa. // O serviço público que permite a cobrança da taxa vincula-se a uma relação anterior de natureza contratual.
- (C) O exercício do poder de polícia justifica a cobrança da taxa. // A obrigação de pagar esta exação, contudo, depende da efetiva fiscalização exercida pelo Estado.
- (D) A competência dos entes federativos para instituir taxas é comum. // A fixação das taxas, em cada caso, vai depender da aferição constitucional das competências administrativas.
- (E) O serviço público específico e divisível autoriza a incidência da taxa. // A possibilidade de incidência de taxa sobre serviço público específico e divisível baseia-se na regra da proporcionalidade.

27

A companhia Delta S.A., sucessora por incorporação das indústrias Alpha e Beta, impugna a cobrança de multa punitiva que lhe está sendo exigida pelo Fisco Estadual, em decorrência de operações mercantis que foram realizadas pelas companhias incorporadas, em desacordo com a legislação de regência, pelo que foram multadas anteriormente à data da incorporação.

Com base no exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A multa é devida, mas deve ser cobrada dos gestores das companhias incorporadas, que inadimpliram com a obrigação legal.
- (B) A multa não é devida, ante o caráter punitivo que possui, já que a pena não pode passar da pessoa do infrator.
- (C) A multa não é devida pela sucessora. A sociedade incorporadora não cometeu qualquer ilícito com a incorporação.
- (D) A multa é devida pela companhia sucessora, uma vez que constitui o passivo do patrimônio adquirido pelo sucessor.
- (E) A multa é devida pela companhia sucessora, desde que os antigos gestores das sociedades incorporadas tenham cessado a atividade empresarial.

28

O Estado Alpha, com base em pauta fiscal, exigia de forma definitiva o ICMS devido pela futura operação interna, inclusive quanto à operação a ser realizada pelo próprio adquirente, nas compras de mercadorias feitas por comerciantes de Alpha aos comerciantes de outros estados da Federação. Desta forma, as vendas efetuadas pelo varejista para os consumidores não eram tributadas novamente.

Decreto e Instrução Normativa do Estado Alpha alteraram este regime para algumas mercadorias, passando a ser o de sistema normal de apuração de ICMS, quando o contribuinte tem o direito, que decorre do princípio da não-cumulatividade, de descontar do total do débito do imposto decorrente das saídas, o valor do imposto pago na operação anterior.

Entretanto, o decreto e a instrução normativa proibiram que as mercadorias em estoque pudessem, ao serem vendidas, utilizar os créditos fiscais do ICMS antecipadamente pago no sistema anterior.

Com base no exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O decreto e a instrução normativa violam o princípio da anterioridade e a segurança jurídica do comerciante que exauriu sua obrigação fiscal.
- (B) O decreto e a instrução normativa são plenamente vigentes, eis que a venda de estoque representa fato gerador pendente do ICMS.
- (C) O decreto e a instrução normativa são plenamente vigentes, eis que a venda de estoque representa fato gerador futuro do ICMS.
- (D) A mudança do regime não está protegida pelo princípio da legalidade, podendo ocorrer a qualquer tempo, com vigência imediata.
- (E) A proibição é válida, já que com a mudança de regime de tributação não foram suprimidas as etapas posteriores do ciclo de comercialização das mercadorias, sobre as quais há incidência do ICMS.

29

A companhia Delta Ltda. prestou declarações ao Fisco, com relação a determinado tributo, sujeito ao lançamento por homologação, tal como seria sua obrigação. Emitiu guia de recolhimento e pagou o valor que considerou devido. Entretanto, a Fazenda indeferiu seu pedido de Certidão Negativa de Débito aduzindo que houve pagamento a menor, o que deduziu das declarações prestadas pelo contribuinte comparativamente com as guias recolhidas do tributo.

A companhia afirma e é fato incontroverso, que a Fazenda não procedeu ao lançamento de ofício da eventual diferença do tributo a pagar, mas lhe nega o direito à obtenção da certidão de regularidade fiscal.

No caso vertente, a solução da lide deve ser

- (A) favorável ao contribuinte, com o lançamento de ofício pela fazenda da eventual diferença a pagar, podendo o contribuinte, até que tal ocorra, obter a Certidão Negativa de Débitos Fiscais.
- (B) favorável ao contribuinte, já que a Fazenda deverá lavrar a competente Notificação Fiscal de Lançamento de Débito.
- (C) favorável à Fazenda, já que inexistente a necessidade de lançamento de ofício supletivo da diferença do tributo a pagar, quando o crédito tributário já foi constituído por meio de declaração praticada pelo próprio contribuinte.
- (D) favorável à Fazenda, uma vez que as declarações prestadas pelo contribuinte sobre o valor do tributo devido tornam prescindível a regular constituição do crédito fiscal.
- (E) favorável ao contribuinte, o qual, até que haja o acerto do valor devido, tem direito à Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

30

DCS – Corretagem e Seguros Ltda., se insurge em face da quebra de seu sigilo bancário para averiguação, pela Receita, de sua movimentação financeira. Até a lavratura do auto de infração, que ocorreu em 2000, só havia procedimento administrativo de fiscalização, sem qualquer processo judicial instaurado.

Aduz a sociedade empresária que a Lei Complementar n. 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações financeiras, não poderia ter sua aplicação retroativa.

Com base no exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) É lícita e legítima a conduta do Fisco, uma vez que possível a retroatividade das leis tributárias procedimentais, relativas à constituição do crédito tributário não alcançado pela decadência, ainda que os fatos impositivos a serem apurados lhes sejam anteriores.
- (B) É inconstitucional a conduta do Fisco, seja pela aplicação retroativa da Lei Complementar n. 105/2001, seja pela quebra do sigilo de dados que tem proteção da Carta Magna.
- (C) É ilegal a conduta do Fisco, que conflita com o Código Tributário Nacional, o qual determina que o lançamento seja regido pela lei vigente à época da ocorrência do fato gerador.
- (D) É legítima a conduta do Fisco, já que a Fazenda Pública prescinde, em qualquer hipótese, de autorização judicial para obter informações sobre operações realizadas pelo contribuinte.
- (E) É abusiva a conduta do Fisco, pois embora a lei tributária procedimental possa retroagir, tal não será possível para gerar responsabilidade do contribuinte.

Administração Financeira e Tributária

31

Os créditos adicionais, que dependem de autorização legislativa prévia para sua abertura, são denominados

- (A) suplementares e extraordinários.
- (B) especiais e complementares.
- (C) complementares e suplementares.
- (D) especiais e extraordinários.
- (E) suplementares e especiais.

32

Na Lei Orçamentária Anual do Ente constou um artigo autorizando a abertura de créditos adicionais ao orçamento até determinado valor.

Este caso constitui uma **exceção** ao descumprimento do princípio orçamentário da

- (A) prudência.
- (B) legalidade.
- (C) legitimidade.
- (D) exclusividade.
- (E) oportunidade.

33

O anexo de metas fiscais contém os elementos relacionados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- (B) Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência social e próprio dos servidores públicos.
- (C) Evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios destacando a origem e a aplicação de recursos obtidos com as operações de crédito.
- (D) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (E) Demonstrativo das metas anuais, instruído com a memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

34

A **elaboração**, a **aprovação** e a **fiscalização da execução** do orçamento anual são competências, respectivamente, dos seguintes Poderes/Órgãos:

- (A) Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.
- (B) Poder Executivo, Poder Legislativo e Tribunal de Contas.
- (C) Tribunal de Contas, Poder Legislativo e Poder Executivo.
- (D) Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Judiciário.
- (E) Poder Executivo, Tribunal de Contas e Poder Judiciário.

35

A Lei Orçamentária Anual, na forma prevista no Art. 2º da Lei n. 4320/64, obedecerá aos seguintes princípios orçamentários:

- (A) unidade, exclusividade e compreensibilidade.
- (B) unidade, legalidade e continuidade.
- (C) unidade, materialidade e entidade.
- (D) unidade, legitimidade e economicidade.
- (E) unidade, universalidade e anualidade.

36

Considere as receitas a seguir.

RECEITAS	VALORES R\$
Taxas de Incêndio	2.000
Contribuição de Melhoria	3.000
Amortização da dívida	2.500
Alienação de bens	2.400
Cota parte royalties de Petróleo	5.000
Fundo de participação dos ESTADOS (FPE)	5.500
ICMS	7.000
Imposto de renda	4.550
IPVA	4.000
ISS	3.500
Operações de crédito por Antecipação de receita	3.200
Total	57.200

O valor das **Receitas Correntes** é de

- (A) R\$ 31.550,00
- (B) R\$ 29.550,00
- (C) R\$ 34.550,00
- (D) R\$ 29.050,00
- (E) R\$ 32.550,00

37

Um Órgão Público realizou a compra de ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

A **função**, a **categoria econômica da despesa** e o **grupo** a que pertence são, respectivamente,

- (A) saúde, de capital e investimentos.
- (B) saúde, corrente e investimentos.
- (C) assistência social, de capital e investimentos.
- (D) assistência social, corrente e inversões financeiras.
- (E) transporte, corrente e outras.

38

As condições e as exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas são estabelecidas pelo seguinte instrumento legal:

- (A) Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei do Plano Plurianual.
- (D) Lei do Plano Diretor.
- (E) Lei de Acesso a Informação.

39

De acordo com a Lei Complementar n. 101/00, as alternativas a seguir apresentam exigências para a realização de transferências voluntárias, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Estar em dias quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor.
- (B) Cumprir os limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
- (C) Cumprir os limites de dívida consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive de antecipação de receita, de inscrição de restos a pagar e de despesa total com pessoal.
- (D) Comprovar a existência de recursos orçamentários para atender à despesa com a execução dos recursos oriundos da transferência voluntária.
- (E) Comprovar a existência de previsão orçamentária de contrapartida.

40

Assinale a alternativa que completa corretamente o fragmento a seguir.

A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá _____.

- (A) as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública, de forma regionalizada.
- (B) as metas e as prioridades da Administração Pública.
- (C) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) o orçamento de investimento das empresas estatais.
- (E) as alterações na legislação tributária.

Contabilidade Geral e Pública

41

A Demonstração do Valor Adicionado deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Assinale a alternativa que apresenta, na elaboração da DVA, exemplos de valor adicionado recebido em transferência.

- (A) Aluguel recebido e reversão da provisão por crédito de liquidação duvidosa.
- (B) *Royalties* recebidos e reconhecimento do valor justo de ativos biológicos.
- (C) Dividendos recebidos e receita da venda de ativo imobilizado.
- (D) Juros sobre capital próprio recebidos e lucro com a venda de ativo imobilizado.
- (E) Juros recebidos em aplicações financeiras e resultado de equivalência patrimonial.

42

O CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa versa sobre a elaboração e a apresentação desta demonstração.

Em relação à classificação dos juros pagos e recebidos, o CPC determina que

- (A) os juros pagos podem ser classificados como atividade operacional ou de investimento, enquanto os juros recebidos podem ser classificados como atividade operacional ou de financiamento.
- (B) os juros pagos podem ser classificados como atividade operacional ou de financiamento, enquanto os juros recebidos podem ser classificados como atividade operacional ou de investimento.
- (C) os juros pagos e recebidos têm que ser classificados como atividade operacional.
- (D) os juros pagos têm que ser classificados como atividade de financiamento, enquanto os juros recebidos têm que ser classificados como atividade de investimento.
- (E) os juros pagos podem ser classificados como atividade de financiamento ou operacional, enquanto os juros recebidos podem ser classificados como atividade de financiamento ou investimento.

43

A Cia. Cars comprou um terreno por R\$ 10.000,00 para utilizar como estacionamento. Para isso, contraiu um financiamento de terceiros no valor de R\$ 6.000,00, com uma taxa de juros de 10% ao ano e complementou o restante com recursos próprios.

A empresa projeta que o ativo irá gerar receitas anuais de R\$ 1.000,00.

Considerando esta projeção de receita e desconsiderando os efeitos tributários, o grau de alavancagem financeira da Cia. Cars é de

- (A) 0,10.
- (B) 0,90.
- (C) 1,00.
- (D) 1,20.
- (E) 1,50.

44

O projeto J pode ser representado pelo fluxo de caixa a seguir (em Reais) e possui Taxa Mínima de Atratividade de 10% ao ano.

Ano	Fluxo de Caixa
0	- R\$ 800.000,00
1	R\$ 300.000,00
2	R\$ 350.000,00
3	R\$ 400.000,00

O Valor Presente Líquido (VPL) do projeto J é de

- (A) R\$ 62.509,00.
- (B) R\$ 250.000,00.
- (C) R\$ 597.550,00.
- (D) R\$ 737.305,00.
- (E) R\$ 862.509,00.

45

De acordo com o CPC 26, Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração do Resultado Abrangente é parte do conjunto completo de demonstrações contábeis.

Assinale a alternativa que apresenta exemplos de resultados abrangentes.

- (A) Efeito cambial sobre investimentos no exterior e reconhecimento do valor de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis para venda.
- (B) Reconhecimento do valor de mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação e disponíveis para venda.
- (C) Efeito cambial sobre investimentos no exterior e ganhos com equivalência patrimonial sobre o resultado.
- (D) Ganhos provenientes da alteração no valor justo de um ativo classificado como propriedade para investimento e reconhecimento do valor mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação.
- (E) Efeito cambial sobre dívidas em moeda estrangeira e ganhos provenientes da alteração no valor justo de um ativo classificado como propriedade para investimento.

46

Em 31/12/2012, a Cia. Amarela apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo	Passivo + PL
Investimentos- Cia. Verde 8.000	Capital Social 8.000
Total do Ativo 8.000	Total do Passivo + PL 8.000

Também em 31/12/2012, a Cia. Verde apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo	Passivo + PL
Caixa 3.000	Capital Social 10.000
Imóvel 7.000	
Total do Ativo 10.000	Total do Passivo + PL 10.000

Ao longo de 2013, a Cia. Verde auferiu receitas de vendas no valor de R\$ 18.000,00 e incorreu em despesas gerais no valor de R\$ 14.000,00, ambas com terceiros.

Com base nas informações acima, o saldo da conta Participação de não Controladores no Balanço Patrimonial Consolidado de 31/12/2013 da Cia. Amarela é de

- (A) R\$ 800,00.
- (B) R\$ 2.800,00.
- (C) R\$ 3.200,00.
- (D) R\$ 4.000,00.
- (E) R\$ 11.200,00.

47

Em 31/12/2013, o balancete da Cia. Rosa apresentava os seguintes saldos (em reais):

Estoques com previsão de venda de 90 dias:	40.000
Aluguel pago antecipadamente com apropriação mensal e linear por 18 meses:	36.000
Caixa e Equivalente de Caixa:	12.000
Clientes com vencimento em 180 dias:	60.000
Contas de Ajuste a valor presente a apropriar sobre clientes:	3.000
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa sobre clientes:	9.000
Contas a receber em 270 dias por venda de ativo imobilizado:	55.000
Empréstimo a sócio para recebimento em 30 dias:	8.000
Adiantamento de salários de janeiro a empregados:	13.000
Provisão para 13º salário:	80.000
Receita de vendas recebida antecipadamente:	36.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Circulante apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Rosa em 31/12/2013 era de

- (A) R\$ 179.000,00.
- (B) R\$ 192.000,00.
- (C) R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 204.000,00.
- (E) R\$ 228.000,00.

48

A Cia. Dolls fabrica dois tipos de boneca: Cute e Pretty. O preço de venda da Cute é de R\$ 100,00 e da Pretty de R\$ 120,00. Já os custos unitários de fabricação são:

- Matéria prima direta: Cute = R\$ 30,00; Pretty = R\$ 40,00.
- Mão de obra direta: Cute = meia hora por unidade; Pretty = uma hora por unidade. Cada hora de trabalho tem um custo de R\$ 30,00.
- Custos indiretos de fabricação para os dois tipos de boneca: R\$ 30.000,00. Estes são rateados de acordo com o gasto com mão de obra direta.

Em 01 de janeiro de 2014, não havia estoques de produtos em processo e de produtos acabados dos dois tipos de boneca, ou seja, estavam vazios.

Durante o mês de janeiro, a Cia. Dolls fabricou 400 unidades da boneca Cute e 600 unidades da boneca Pretty, tendo vendido 80% das unidades fabricadas de cada tipo de boneca.

De acordo com o Método de Custeio por Absorção, os valores do lucro unitário das bonecas Cute e Pretty são, respectivamente, de

- (A) R\$ 17,50 e R\$ 25,00.
- (B) R\$ 36,25 e R\$ 12,50.
- (C) R\$ 55,00 e R\$ 50,00.
- (D) R\$ 63,75 e R\$ 107,50.
- (E) R\$ 100,00 e R\$ 120,00.

49

Uma pessoa tinha quatro propostas de emprego, que apresentavam benefícios e oportunidades semelhantes. A primeira oferecia salário de R\$ 10.000,00, a segunda de R\$ 7.000,00, a terceira de R\$6.000 e a quarta de R\$ 8.000,00.

Com base em aspectos monetários, ela escolheu o emprego que oferecia salário de R\$ 10.000,00. Seu custo de oportunidade por essa escolha foi de

- (A) R\$ 2.000,00.
- (B) R\$ 7.000,00.
- (C) R\$ 8.000,00.
- (D) R\$ 9.000,00.
- (E) R\$ 21.000,00.

50

Para ser desenvolvido, o projeto K precisa de investimento inicial de 1,8 milhões de reais. O projeto promete pagar a seus investidores 2,4 milhões de reais em $t = 1$.

A taxa interna de retorno do projeto K é de

- (A) 25%.
- (B) 33%.
- (C) 42%.
- (D) 67%.
- (E) 75%.

51

Assinale a afirmativa que melhor se aplica à capacidade informacional da análise vertical do Balanço Patrimonial.

- (A) Análise da evolução do comportamento das contas do ativo ao longo dos anos.
- (B) Evidenciação das receitas e despesas que mais contribuíram na formação do lucro ou do prejuízo.
- (C) Análise da estratégia de política de pagamento da empresa.
- (D) Avaliação do desempenho da empresa e da capacidade de gerar lucros.
- (E) Possibilidade de detecção da composição percentual dos tipos de aplicações e as origens de recursos que compõe o patrimônio da entidade.

52

Assinale a alternativa que representa uma diferença entre o método de custeio por processo e o método de custeio por ordem de produção.

- (A) O método de custeio por processo considera todos os custos de fabricação como custos dos produtos enquanto o método de custeio por ordem de produção considera apenas os custos variáveis como custos dos produtos.
- (B) O método de custeio por processo analisa o comportamento dos custos por atividades, estabelecendo relações com o consumo, já o método de custeio por ordem de produção analisa o comportamento dos custos individualmente.
- (C) O método de custeio por processo é geralmente utilizado na produção de produtos heterogêneos, enquanto o método por ordem de produção é geralmente utilizado na produção em massa.
- (D) O método de custeio por processo acumula os custos por departamento, enquanto o método de custeio por ordem de produção acumula os custos individualmente.
- (E) O método de custeio por processo calcula os custos unitários diretamente no controle de registro de custo, enquanto o método de custeio por ordem de produção calcula os custos unitários em um relatório de produção.

53

Em relação ao Balanço Orçamentário, definido na Lei n. 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) Demonstra as receitas e as despesas orçamentárias e os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior e os que serão transferidos para o exercício seguinte.
- (B) Apresenta as despesas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a despesa realizada e o saldo a realizar.
- (C) Demonstra as receitas por categoria econômica e grupo de natureza da receita, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, o crédito e o saldo da dotação.
- (D) Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público e das contas de compensação.
- (E) Discrimina as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza.

54

Sobre o Resultado Nominal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representa o resultado entre todas as receitas arrecadadas (fiscais e não fiscais) e todas as despesas (fiscais e não fiscais).
- (B) Representa a diferença entre as receitas fiscais e despesas fiscais.
- (C) Representa a diferença entre as receitas fiscais, as despesas fiscais e o pagamento de juros da dívida.
- (D) Representa o resultado entre as receitas financeiras e as despesas financeiras.
- (E) Representa o resultado entre as receitas e as despesas não fiscais.

55

A Cia. Laranja fabrica e vende apenas o produto L, cujo preço unitário é de R\$ 40,00. Cada unidade de L consome R\$ 12,00 de custos variáveis. Além disso, a Cia. Laranja tem despesas variáveis referentes à comissão de vendedores, que corresponde a 10% da receita bruta. A empresa tem, ainda, custos fixos mensais de R\$ 15.000,00 e despesas fixas mensais de R\$ 3.000,00.

O valor da receita de vendas (em reais) que a Cia. Laranja precisa auferir mensalmente para funcionar no Ponto de Equilíbrio Contábil é de

- (A) 750.
- (B) 12.000.
- (C) 21.429.
- (D) 30.000.
- (E) 45.000.

Auditoria Governamental

56

Assinale a alternativa que indica a finalidade para a qual é usada a documentação de auditoria.

- (A) Assistir a equipe de trabalho na aplicação dos procedimentos de elaboração do plano de auditoria e para conhecimento da entidade auditada.
- (B) Permitir que a equipe de trabalho não possa ser responsabilizada por seu trabalho, em possíveis questionamentos da auditoria.
- (C) Manter um registro de assuntos de importância recorrente para auditorias futuras, quando não houver a aceitação da empresa auditada.
- (D) Permitir a condução de inspeções internas em conformidade com as exigências legais, regulamentares e outras exigências aplicáveis.
- (E) Assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria no cumprimento de suas responsabilidades de revisão.

57

A respeito da *Auditoria Independente*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A opinião do auditor expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.
- II. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e as exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar opinião sobre as demonstrações contábeis.
- III. A auditoria em conformidade com as normas de auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança têm conhecimento de certas responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

58

O auditor, ao realizar uma auditoria, exerce julgamento sobre a magnitude das distorções que são consideradas relevantes.

Esses julgamentos fornecem a base para

- (A) determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco.
- (B) identificar e avaliar os riscos de distorção irrelevante.
- (C) determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos operacionais de relevância.
- (D) tomar decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- (E) entender que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.

59

Exemplos de políticas e de procedimentos que uma entidade pode implementar para auxiliar na prevenção e detecção de não conformidade com leis e regulamentos estão listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Manutenção de controle das leis e regulamentos importantes que a entidade tenha que cumprir no seu setor de atividade e registro de ocorrências.
- (B) Instituição ou operação de sistemas apropriados de controle interno e externo dos órgãos governamentais.
- (C) Desenvolvimento, divulgação e acompanhamento de código de conduta.
- (D) Confirmação que os empregados sejam adequadamente treinados e entendam o código de conduta.
- (E) Monitoramento da conformidade do código de conduta e agir apropriadamente para disciplinar os empregados que deixem de cumpri-lo.

60

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do fragmento a seguir

As informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamenta sua opinião define _____.

- (A) risco de auditoria.
- (B) plano de auditoria.
- (C) planejamento de auditoria.
- (D) evidência de auditoria.
- (E) relatório de auditoria.

61

A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplica-se frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

Os fatores que podem afetar a identificação de referencial apropriado incluem

- (A) os elementos das notas explicativas.
- (B) os itens que tendem a inibir a atenção dos usuários das demonstrações contábeis da entidade específica.
- (C) a natureza da entidade, a fase do seu ciclo de vida, o seu setor e o ambiente econômico em que atua.
- (D) a estrutura societária da entidade e como ela é determinada.
- (E) a volatilidade relativa do capital.

62

Assinale a alternativa que apresenta uma finalidade do **controle interno**.

- (A) Planejar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- (B) Estabelecer a legalidade e cumprir os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Executar ações para obtenção das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- (D) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (E) Emitir parecer prévio sobre as prestações de contas consolidadas da gestão.

63

Assinale a alternativa que indica a auditoria que, com a finalidade de aperfeiçoar a gestão pública, promove o exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais.

- (A) Auditoria Funcional Programática.
- (B) Auditoria de Regularidade.
- (C) Auditoria Operacional.
- (D) Auditoria de Gestão.
- (E) Auditoria Financeira.

64

Sobre as atribuições da Auditoria Geral do Estado do Maranhão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Fiscalizar a regularidade dos atos de que resultem em arrecadação e o recolhimento das receitas, a realização da despesa em todas as suas fases, bem como o nascimento, a modificação ou a extinção de direitos e obrigações do Estado.
- II. Realizar auditorias em órgãos e entidades do Estado ou por ele controlados, registrando eventuais desvios no cumprimento da legislação e recomendando medidas necessárias para a regularização das situações constatadas.
- III. Prestar assistência aos órgãos auditados visando à correção de irregularidades e o aprimoramento de métodos para o cumprimento de normas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

65

As alternativas a seguir apresentam exemplos de método utilizado pelo auditor para selecionar amostras, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Seleção por intervalo.
- (B) Seleção aleatória.
- (C) Seleção sistemática.
- (D) Seleção ao acaso.
- (E) Seleção de bloco.

66

As alternativas a seguir apresentam princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Contabilista, quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Integridade.
- (B) Objetividade.
- (C) Competência e zelo profissional.
- (D) Confidencialidade.
- (E) Compromisso comportamental.

67

A respeito da *evidência de auditoria*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A confiabilidade da evidência de auditoria é maior quando ela é obtida de fontes internas dentro da entidade.
- (B) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é maior quando os controles relacionados são efetivos, incluindo os controles, impostos pela entidade, sobre sua elaboração e manutenção.
- (C) A evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor é mais confiável do que a evidência de auditoria obtida indiretamente ou por inferência.
- (D) A evidência de auditoria em forma de documentos, em papel, mídia eletrônica ou de outro tipo, é mais confiável do que a evidência obtida verbalmente.
- (E) A evidência de auditoria fornecida por documentos originais é mais confiável do que a evidência de auditoria fornecida por fotocópias ou *fac-símiles* ou por documentos que foram filmados, digitalizados ou transpostos de outra maneira para forma eletrônica.

68

Estão **fora** da abrangência da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

- (A) aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei.
- (B) aqueles que derem causa à perda, ao extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, exceto os servidores não estáveis.
- (C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado ou de Município.
- (D) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social.
- (E) os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado ou Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

69

O auditor, no processo de avaliação de risco da entidade, deve buscar entender se a entidade tem processo para os casos listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Identificar riscos de negócio relevantes para os objetivos das demonstrações contábeis.
- (B) Estimar a significância dos riscos.
- (C) Avaliar a probabilidade da ocorrência de riscos.
- (D) Decidir sobre ações em resposta aos riscos.
- (E) Analisar procedimentos analíticos de erros e fraudes.

70

O procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e na correção de distorções relevantes no nível de afirmações, é denominado

- (A) relevância substantiva.
- (B) avaliação de risco.
- (C) teste de controle.
- (D) cálculo de materialidade.
- (E) processo de prevenção.

Realização

 **FGV PROJETOS**